univocidade, embora aquele, num testemunho de 1309/11, e este, de 1306/10. No entanto, coevos de Escoto na Oxford de 1300, algumas posições de Cowton e Conington são retomadas lapidarmente, v.g. nas qq. 4, 12 ou 17 (vd. pp. 36, 45, 164, 166, 168, 171, 173, 228, 229), para não quisermos alongar as referências a outros muitos passos. Em 4, pergunta-se sobre a univocidade do conceito de ente simplesmente a respeito de Deus e da criatura (pp. 35-48), em 12, se é possível conhecer-se por investigação natural a essência de Deus (pp. 149-175) e em 17, sobre a noção de “vestígio”, de novo no quadro do estatuto das essências (pp. 225-244). Tudo somado, há plausibilidade bastante em se querer retomar, quer – o que será menos importante – a proposta da quádrupla divisão das *quaestiones* aqui conjecturada, quer – o que, para nós, será seguramente mais importante – aprofundar os estudos sobre a presença de Henrique de Gand nas *Collationes Oxonienses*. Enquanto exercícios escolares que testemunham no buliçoso ambiente académico de Oxford, em simultâneo, os contornos teóricos de um Henrique de Gand e a absoluta novidade escotista, mais do que em busca de um autor (ou vários) as *Collationes Oxonienses* impelem-nos para indagarmos da diversidade franciscana oxoniana, da sua geografia mental – aflorámos a temática da geografia filosófica, pela primeira vez num breve ensaio na *Biblos*, de 2004, intitulado “Acidentais ocidentes e a surdez de Aristóteles. Para uma geografia da Filosofia” – e, ligado a este último aspecto, do modo como se preparavam os jovens franciscanos para o exercício de uma filosofia tal como ela deve ser praticada, desde que bem entendida, ou seja, sem “determinar”, quer dizer sempre interrogando.

Mário Santiago de Carvalho

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Unidade I & D I.E.F.

carvalhomario07@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_6

Escola Ibérica da Paz. A consciência crítica da conquista e colonização da América: 1511-1694/Escuela Ibérica de la Paz. La conciencia crítica de la conquista y colonización de América: 1511-1694. [direção de] Pedro Calafate & Ramón Emilio Mandado Gutiérrez. Prefacio/Prefacio António Augusto Cançado Trindade. Santander: Editorial de la Universidad de Cantábria, 2014, 427pp. ISBN: 978-84-8102-714-3

Talvez pela dificuldade em encontrar nas livrarias comuns este volume, tinhamos passado despercebida uma literalmente belíssima edição coordenada por Pedro Calafate, estudioso que entre nós mais tem labutado pelo reconhecimento nacional e internacional do pensamento português, mormente da discutivelmente denominada

“Segunda Escolástica”. A obra em apreço tem por motivo temático identificador a “Escola Ibérica da Paz”, isto é, autores que assinaram obras sobre o tema genérico *de pace/de bello*, nomes divididos em três componentes geográficas de intervenção, seccionados no volume em outros tantos capítulos, a saber: Mestres que ensinaram em Universidades espanholas e americanas (Francisco de Vitória, Domingo de Soto, Diego de Covarrubias y Leyva, Melchior Cano, Alonso de Veracruz, Juan de la Peña e Serafim de Freitas); mestres que ensinaram em Universidades portuguesas (Martín de Azpilcueta, Martín de Ledesma, Fernando Pérez, Luís de Molina, Pedro Simões, António de São Domingos, Fernão Rebelo e Francisco Suárez); e missionários que exerceram nas Américas portuguesa e espanhola (Bartolomé de las Casas, Manuel da Nóbrega, José de Acosta, Juan Zapata y Sandoval e António Vieira). Conforme indicação do título complementar, estamos a falar de um período histórico balizado entre 1511 e 1694 trabalhado sob o motivo aglutinador e provocador dos textos dos autores aqui apresentados, traduzidos e editados sempre nos dois idiomas ibéricos: “a consciência crítica da Conquista e Colonização da América”. Embora tenhamos já identificado o editor português, importa referir que esta é uma obra ibérica não só no seu tema e autoria, pois obteve também o concurso de Ramón Emílio Mandado Gutiérrez, mas decididamente americana, graças a um interessante e autorizado Prefácio do juiz brasileiro António Augusto Cançado Trindade, que os universitários coimbrões poderão ter encontrado aquando da sua passagem pela nossa Universidade em 24 de Outubro de 2015 (veja-se: <https://www.youtube.com/watch?v=qp43wtf0TR0>). Mas porque se trata, afinal, de uma edição “literalmente belíssima”, como escrevemos no início, igualmente relevante para a história das ideias, a filosofia e o direito? Longe vai o tempo em que as edições académicas almejavam ser obras de arte, mas o leitor deste volume em capa dura vai ter a surpresa de adquirir uma obra cuidadosamente acarinhada, tipograficamente esmerada e, o que é mais, ricamente ilustrada, graças aos contributos estéticos de 14 artistas que entre si repartem, nada mais, nada menos do que a autoria de 41 obras de arte (vd. a biografia dos mesmos *in* pp. 414-421), nos mais variados materiais (ecolines, monotípias, tintas-da-china, acrílicos, pastéis, marcadores, serigrafias, esferográficas e grafitis, aguarelas, guaches, etc.). Estão reproduzidos no volume os originais exibidos em exposições que, ao que somos informados, tiveram lugar em Lisboa, Santander, Rio de Janeiro e Manaus (leia-se a apresentação de José Quaresma *in* pp. 32-34). E já que falamos em imagens, refira-se também a reprodução, para todos os títulos traduzidos, das páginas de rosto dos originais quinhentistas e seiscentistas. Com tanta profusão de elementos, riqueza de intervenção e invulgar magnitude ou alcance concretizado neste projecto editorial, já se vê que o volume ora em apreço só podia ser o resultado de uma parceria internacional (com destaque particular para a Universidade de Cantábria). Enfim, porque, bem vistas as coisas, seria impossível numa recensão dar notícia de todos os refinados e cuidados pormenores desta obra, e bem assim dos nomes de todos os seus responsáveis e colaboradores, vamo-nos ater a alguns dos aspectos mais importantes para uma Revista como a nossa. Embora com

muita pena daqueles, cada vez mais raros, que ainda apreciam o legado de Gutenberg na sua componente artística, pondo de parte o muito mais que se poderia dizer sobre as dimensões estética e gráfica, comecemos por dizer que a publicação desta singular monografia é um acontecimento filosófico de enorme relevância e que o seu responsável editorial português era, seguramente, a pessoa mais bem preparada para concretizar esta pequena maravilha tipográfica e cultural. Recordemos, por exemplo, os seus dois volumes (pp. 509+305), decerto mais manuseáveis do que o título que recenseamos, de um quase homónimo *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Séculos XVI e XVII)*, por si dirigidos; um primeiro volume “Sobre as matérias da Guerra e da Paz”, um segundo com os “Escritos sobre a Justiça, o Poder e a Escravatura” (Coimbra, 2015). Acresce a co-assinatura dos dois principais editores de uma Introdução (pp. 112-155) que abre o leitor mais distraído para alguns dos temas teóricos de enquadramento como: a limitação do poder do Papa; os defensores da teocracia; a origem popular do poder e a fundamentação da comunidade internacional; a punição dos crimes contra o género humano e o princípio de intervenção humanitária; pessoa e comunidade; a obediência a ordens superiores não isenta de culpa os soldados; e a recusa da conquista para a civilização e da escravatura natural. As páginas dedicadas a estes temas também ganham se forem lidas em conjunto com a reflexão mais ampla de Cançado Trindade, mais no campo da história e da teoria do direito, mormente internacional, assim versando a ‘recta ratio’ em projeção e perspectiva históricas; a consciência humana como fonte material última do Direito das Gentes; o universalismo do direito das gentes; a ‘lex praeceptiva’ para o ‘totus orbis’; universalidade do Jus Gentium; direito e justiça universais; a titularidade internacional de direitos da pessoa humana; a centralidade das vítimas no ordenamento jurídico internacional; concepção humanista na jurisprudência internacional e sua irradiação; relação com o direito internacional dos direitos humanos; a importância dos princípios fundamentais; ou o princípio fundamental da igualdade e não-discriminação (pp. 42-109). Mas “o acontecimento filosófico” a que nos referíamos, reside de facto alhures: não só os nomes e os textos traduzidos ao jeito de Antologia filosófica se podem contar como os mais relevantes, as temáticas abordadas em torno *de pace*, de pendor indiscutivelmente filosófico e de alcance global, como, ainda por cima, estamos, nalguns casos, perante inéditos. Dado o escandalosamente decrescente conhecimento da língua latina e das competências paleográficas e endóxicas, um acontecimento editorial filosófico deste jaez é, entre nós, uma possibilidade cada vez mais rara, razão pela qual não podíamos deixar de a sublinhar entre todas as demais, designadamente prestando a homenagem devida a todos os tradutores que tornaram acessível este magnífico livro, a saber, além do editor português, André Santos Campos, António Guimarães Pinto, Filipa Roldão, Joana Serafim, Giampaolo Abbate, Leonel Ribeiro dos Santos, Luis Machado de Abreu, Marina Costa Castanho, Miguel Sena Monteiro e Ricardo Ventura. Na feliz impossibilidade, também, de aludirmos aqui a todas as matérias importantes, concentremo-nos, a título preferencial, nos autores portugueses (aliás, em minoria, quando computados

entre os demais, e na esperança de que os nossos colegas ibéricos venham a fazer o mesmo com os autores que iremos agora, infelizmente, omitir). São, os protagonistas portugueses: Serafim de Freitas, Pedro Simões, António de São Domingos, Fernão Rebelo e António Vieira. De notar, que o primeiro entra na secção dos mestres que ensinaram lá fora (em Valladolid, 1605-1626) e o último, na secção dos missionários, no caso, no Brasil, Maranhão e Grão-Pará (1632-1697). Os três restantes integram a secção portuguesa (Coimbra e Évora): o jesuíta de Mortágua, Pedro Simões (1569-1570); o dominicano de Coimbra, António de São Domingos (1573-1593); e o jesuíta beirão, Fernão Rebelo, também com actividade lectiva em Évora (1585-1596). Como se acaba de ver, António de São Domingos é, entre os portugueses, aquele que mais tempo passou leccionando – sendo o tempo dos jesuítas, por regra, o de apenas um curso – e dá-se mesmo o caso do dominicano ter precedido Suárez (vd. pp. 336-349) na mais prestigiada cátedra conimbricense de Prima. Injustamente, a sua obra é mal conhecida, e os textos ora resgatados ao manuscrito (*De bello*, BNP 5552) são escassos, 5 pequenos extractos, todavia de uma relevância substantiva, haja em vista alguns temas/títulos ali tematizados, como: “os cristãos não podem prescrever convicções íntimas aos outros povos”; “os crimes contra a lei natural não constituem título legítimo de conquista ou ocupação”; os povos americanos podem ser obrigados a cumprir o direito das gentes, comum ao género humano”; “a negação do *jus praedicandi*: mesmo que os gentios impeçam a pregação do Evangelho não se lhes pode mover a guerra”; ou “a autoridade do orbe em defesa dos inocentes...”. A mera referência aos títulos antologizados pelos editores, e traduzidos pela equipa que nunca será de mais elogiar, não é suficiente para o leitor poder aquilatar da importância real desta reflexão, que mereceria aliás ser contrastada com a da Escola de Salamanca, com a tradição conimbricense anterior à vinda de Suárez, e bem assim com a tradição posterior. Por outro lado, o leitor também ficará com o travo amargo de não poder ter acesso aos originais – porque não transcrever o latim também? – mas, tudo somado (igualmente se aconselhando a leitura dos dois volumes acima citados), pode-se ao menos, igualmente ajudados pelas interpretações e/ou comentários dos editores, vislumbrar a relevância destas reflexões. Tudo está porém ainda por fazer, no que tange ao mais essencial, isto é, a edição dos textos no original, a publicação de traduções mais extensas, e os necessários estudos sistemáticos e temáticos que as nossas academias têm nesciamente descurado. Voltando à Antologia que, como é evidente, fornece sempre a identificação dos textinhos traduzidos, temos ainda o caso dos dois jesuítas de Évora. Não se pense que entre Coimbra e Évora o peso recaia sobre esta Universidade, neste campo. Deve entender-se, antes, que em razão do prestígio de Coimbra, outros nomes (espanhóis) consolidaram uma tradição. É o caso de Martín de Azpilcueta (1538-1552), e da sua *Relectio*, anterior ao domínio da Companhia de Jesus; de Martín de Ledesma (1540-1562), que assistiu à entrada da Companhia na cidade mondegua; de Fernando Pérez (1559-1572 e 1572-1595), que dividiu o ensino entre as duas Universidades portuguesas – não sendo, embora, já, o caso do famoso Luís de Molina que havendo feito estudos e ensinado em

Coimbra se entregou à escrita destas matérias em outro período do seu labor. Por outro lado, este desnível concita-nos para um outro desafio, qual o de poder ou não confrontar duas “escolas”, a eborense e a conimbricense, marcando-lhes perfis, linhas de intervenção e reflexão, eventualmente questões identificadoras. Mais uma vez, tudo está por fazer. E se não se pode pedir a uma Antologia uma tal tarefa, congratulemo-nos, uma vez mais, pelo desafio que ela nos lança. Doravante, mais ninguém pode dizer que ignorava a real intervenção portuguesa em matérias que desde Joaquim de Carvalho nos habituámos a reconhecer como algumas das marcas da filosofia nacional. Estamos a pensar, obviamente, no célebre estudo sobre o “desenvolvimento” da filosofia em Portugal na Idade Média (1927) que visava traçar a “paisagem espiritual” e as “inquietações do espírito lusitano” e sugeria, para tal, os seguintes quatro planos: “predomínio dos problemas teológico, filosófico, no sentido didáctico ou técnico, moral e político”. Embora, este notável investigador tivesse sido menos sensível ao legado do P. António Vieira, com quem esta belíssima Antologia termina (vd. pp. 396-409) – não será preciso lembrar que o coordenador português da Antologia se conta, entre nós, como o mais afamado dos académicos recentemente ligados à publicação das obras do pregador jesuíta que estudou na Bahia –, estamos certos que o caso Serafim de Freitas e seu *De Iusto Imperio Lusitanorum Asiatico* de 1625 (vd. pp. 224-237) não seria menos alheio a J. de Carvalho, pudesse ele ter conhecido a tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, com introdução de Marcello Caetano (Lisboa 1983), que não vimos assinalada na Antologia (aliás esta carece, pura e simplesmente, de uma Bibliografia final, recapituladora de dados e informações e possibilite estudos ulteriores aos leitores mais ávidos de cultura). Falta ainda, para concluir esta modesta recensão ou notícia, aludirmos, como apontado acima, a mais dois nomes portugueses, Pedro Simões e Fernão Rebelo. Do primeiro, são traduzidos oito curtos extractos do seu manuscrito grafado em Lisboa, em 1575, no Colégio de Santo Antão, *Annotationes in materiam de Bello* (BNP 3858); do segundo (decerto mais conhecido pois se trata de obra impressa, *Opus de obligationibus justitiae, religionis et caritatis*, Lyon 1608), cinco breves passagens, sobretudo de reflexão moral sobre a escravatura. Em virtude das opções a fazer, qualquer Antologia é criticável. Esta também o seria, mas mal andaria quem só fosse sensível ao mérito estético e qualitativo desta edição, como também ao desafio que ela nos lançará daqui para a frente. Atente-se num dado assaz objectivo que confirma os nossos indisfarçados elogios: leiamos o conjunto dos textos afins ao tema da presente Antologia no mais conhecido dos instrumentos de historiografia filosófica ao nosso dispor (uma vez mais, aliás, um descomunal trabalho de Calafate), o segundo volume da *História do Pensamento Filosófico Português* (Lisboa 2001). No espaço de pouco mais de dez anos, quantos nomes mais podemos adicionar assim reparando as omissões daquela *História*? A resposta impressiona e indica o caminho certo a seguir por todas as academias e centros de investigação nacional mais atentas à história da filosofia em Portugal (de passagem, sempre aludiríamos ao facto do editor português ter sido discípulo de Francisco da Gama Caeiro). Só um levantamento

bibliográfico exaustivo, a edição acurada de inéditos e a tradução paciente desses textos no permitirá, um dia, escrever com competência crítica e avaliação ponderada sobre a especificidade e a relevância dos filósofos portugueses dos séculos XVI e XVII para a filosofia política e jurídica europeia. Não vale a pena hesitarmos, a este respeito: uma tal contribuição existiu, permanece ignorada (culpa nossa) e pode mesmo constituir-se como um modelo de uma modernidade política europeia alternativa. “Alternativa”, evidentemente, inovadora, pois todos aqueles que como nós se dedicam à História da Filosofia já romperam há muito com quaisquer ilusões típicas de aprendiz de filósofo: a história (política) dos vencedores é apenas uma das muitas versões possíveis da história. Mas a história narrada pela voz dos que aparentemente perderam o tempo, só poderá ser ouvida se estes a souberem apresentar com a maturidade que irrompe do trabalho sério da (lenta e paciente) descoberta e não com o fogo-fátuo da repetição e mastigação do já dito apresentado numa retórica ou roupagem de “prêt-à-porter”, provenham estas do académico basbaque envolto pelo monotipia do estrangeirismo, ou do académico provinciano sempre enredado nas malhas que o império foi tecendo. Entre “estrangeirismo”, “labirinto” e “fome” continuamos a ser daqueles que preferem substituir metáforas por percursos, quicá trilhando as velhas e seguras vias do intenso labor histórico-crítico, tão bem percorridas por J. de Carvalho ou F. da Gama Caeiro.

Mário Santiago de Carvalho

Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Unidade I & D I.E.F.
carvalhomario07@gmail.com
DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_7

André, João Maria. *Jogo, Corpo e Teatro: A arte de fazer amor com o tempo*. Fotografias de Susana Paiva, Coimbra: Angelus Novus, Editora, 2016, 258pp. ISBN: 978-972-8827-89-2

Reunindo mais de treze anos de reflexões e publicações – o mais antigo texto publicado data de 2002 (Capítulo 2: “As artes do corpo e o corpo como arte”) e o mais recente, o único inédito, aliás, data de 2016 (Capítulo 5: “Da Antropologia Filosófica à Antropologia do Teatro: as interfaces do actor”) – gostaríamos de ver a obra que ora passamos a ler, motivados mais pela amizade para com o seu autor do que pela competência do recenseador na área científica em causa, quer como um percurso filosoficamente comprometido e cada vez mais amadurecido com a arte do Teatro, quer como um acontecimento filosófico quase raro entre nós. Talvez à excepção de José Gil, com quem JMA dialoga, aqui e ali, não existe em Portugal, tanto quanto saibamos um pensamento verdadeiramente filosófico sobre alguns dos